

DRC-176/2017

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE GESTÃO DE BANCO DE DADOS NA PROCERGS – GBD, SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA Nº 013/2017

Termo de Contrato de Prestação de Serviços Continuados de Gestão de Banco de Dados na PROCERGS – GBD, sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra celebrado entre o **DETRAN/RS** – Departamento Estadual de Trânsito e **PROCERGS** – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul.

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, criado pela Lei Estadual nº 10.847, de 20 de agosto de 1996, com sede na Av. Júlio de Castilhos, nº 505, 17º andar, Centro, em Porto Alegre - RS, inscrito no CNPJ-MF sob nº 01.935.819/0001-03, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, **Sr. Ildo Mário Szinvelski**, inscrito no RG sob o nº 6011481931 SSP/RS e no CPF sob o nº 234.709.920-53, abaixo assinado e identificado, doravante denominado **DETRAN/RS**.

CONTRATADA: PROCERGS – COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com sede na Praça dos Açorianos, s/nº, em Porto Alegre - RS, inscrita no CNPJ-MF sob nº 87.124.582/0001-04, neste ato representada pelos titulares abaixo assinados e identificados, doravante denominada **PROCERGS**.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, escrito abaixo, constante do processo administrativo nº 17/2444-0021292-4, mediante dispensa do procedimento licitatório, nos termos do Artigo 24, Inciso XVI, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993 e legislação pertinente e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a prestação do Serviço de Gestão de Banco de Dados – GBD executado nas instalações da PROCERGS.

1.2 O serviço é disponibilizado de 2 (duas) formas: Ambiente de Banco de Dados Compartilhado e Ambiente de Banco de Dados Exclusivo. As características de cada ambiente estão descritas no ANEXO II.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

A execução do presente contrato abrange as seguintes tarefas e atividades:

2.1 Licenciamento

DETRAN/RS – Diretoria Administrativa e Financeira
Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Compras
Av. Júlio de Castilhos, nº 505, 15º andar – CER 90030-131 – Porto Alegre/RS



DRC-176/2017

- 2.1.1 Realizar o licenciamento de todos os *softwares* que compõem o ambiente do serviço GBD (sistema operacional, banco de dados, *backups*, monitorias, etc.).
- 2.2 Instalação e Configuração
- 2.2.1 Realizar a instalação e configuração de todos os *softwares* que compõem o ambiente do serviço GBD (sistema operacional, banco de dados, *backups*, monitorias, etc.).
- 2.2.2 Manter o ambiente atualizado através da incorporação de correções e versões fornecidas pelos fabricantes dos *softwares* que compõem o ambiente do serviço GBD (sistema operacional, banco de dados, *backups*, monitorias, etc.).
- 2.3 Administração do Ambiente
- 2.3.1 Realizar o acompanhamento do consumo dos recursos disponíveis para o serviço GBD (CPU, Memória e Área de Armazenamento). No Ambiente de Banco de Dados Compartilhado a ampliação dos recursos é realizada pela PROCERGS, sempre que necessário. No Ambiente de Banco de Dados Exclusivo, será informado ao cliente e sugerido upgrade na VM – Virtual Machine contratada (será feito upgrade mediante solicitação).
- 2.3.2 Realizar a administração do ambiente do banco de dados, visando mantê-lo de acordo com as necessidades do DETRAN/RS.
- 2.4 Operação
- 2.4.1 Realizar a monitoria do ambiente operacional do serviço GBD visando garantir a sua disponibilidade.
- 2.4.2 Manter o serviço GBD disponível para acesso 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive nos sábados, domingos e feriados, exceção aos períodos de manutenção nos servidores dos Bancos de Dados, que serão comunicados previamente ao DETRAN/RS.
- 2.4.3 Manter os Bancos de Dados íntegros e, em caso de falha do servidor/disco, realizar a recuperação do mesmo até a última atualização realizada.
- 2.4.4 Salvar e reter os Bancos de Dados objeto do serviço GBD, quando for solicitado pelo DETRAN/RS. As alternativas de periodicidade de salvamento e retenção dos dados estão descritas na “Política de Salvamento de Banco de Dados da PROCERGS” no ANEXO III.
- 2.5 Atendimento
- 2.5.1 Realizar o serviço de atendimento de 1º nível aos administradores dos clientes através da Central de Atendimento (*Help-Desk*) da PROCERGS.
- 2.6 Serviços adicionais sob demanda
- 2.6.1 Os serviços previstos nesta cláusula serão objeto de contratação específica após a realização de orçamento.
- 2.6.2 Realizar a recuperação dos Bancos de Dados por solicitação do DETRAN/RS.



DETRAN/RS – Diretoria Administrativa e Financeira
 Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Compras
 Av. Júlio de Castilhos, nº 505, 15º andar – CEP 90030-131 – Porto Alegre/RS



DRC-176/2017

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

- 3.1 Os preços unitários para o serviço de Gestão de Banco de Dados - GBD na PROCERGS, base abril/2017, são os constantes na Tabela de Preços - ANEXO I, entendidos como preços justos e suficientes para a total execução do presente objeto, sendo devidos somente os valores referentes aos serviços efetivamente prestados ao DETRAN/RS.
- 3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3 No caso do uso do Ambiente de Banco de Dados Exclusivo, a não utilização plena pelo DETRAN/RS dos recursos contratados (área em disco, CPU e memória) não gerará para o mesmo nenhum crédito nem desconto, pois os recursos de infraestrutura estipulados estarão mensalmente à disposição para uso.
- 3.4 Todo e qualquer serviço solicitado pelo DETRAN/RS, que não expressamente previsto neste contrato, será cobrado à parte pela PROCERGS, com preço a ser combinado previamente.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECURSO FINANCEIRO

- 4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do seguinte recurso financeiro:

Unidade Orçamentária: 44.01
 Atividade:
 NAD: 3.3.90.39
 Recurso: 8000
 Nº do Empenho: 17002193849
 Data: 30/05/2017

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL

- 5.1 Os serviços terão início a contar do recebimento da autorização de serviço e serão executados de acordo com as cláusulas deste instrumento.
- 5.2 O prazo de duração do contrato é de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data definida na ordem de início dos serviços.
- 5.3 A expedição da ordem de início dos serviços somente se efetivará a partir da publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.
- 5.4 O contratado não tem direito subjetivo a prorrogação contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

- 6.1 O pagamento deverá ser efetuado mensalmente, após a prestação dos serviços, em até 20 (vinte) dias da apresentação de Documento Fiscal de Cobrança pelo contratado, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados.



DETRAN/RS – Diretoria Administrativa e Financeira
 Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Compras
 Av. Júlio de Castilhos, nº 505, 15º andar – CEP 90030-131 – Porto Alegre/RS



DRC-176/2017

- 6.2 O pagamento deverá ser efetuado mensalmente mediante a apresentação do Documento Fiscal de Cobrança da PROCERGS, considerando os valores discriminados no ANEXO I – Tabela de Preços.
- 6.3 O Documento Fiscal de Cobrança deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta e nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da PROCERGS, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.
- 6.4 A protocolização do Documento Fiscal de Cobrança somente poderá ser feita após a prestação dos serviços por parte da contratada.
- 6.5 O pagamento será efetuado por serviço efetivamente prestado e aceito.
- 6.5.1 A glosa do pagamento durante a execução contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a PROCERGS não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar as atividades com a qualidade mínima exigida no contrato;
- 6.6 Caso o serviço não seja prestado fielmente e/ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.
- 6.7 Os pagamentos a serem efetuados em favor do contratado, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, conforme determina o art. 64 da Lei federal nº 9.430/1996;
- 6.8 Caso a PROCERGS seja dispensada de retenções deverá entregar declaração, anexa ao documento de cobrança, em duas vias, assinadas pelo representante legal, além de informar sua condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal.
- 6.9 Na fase da liquidação da despesa deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS, para fins de comprovação do cumprimento do disposto no artigo 55, inciso XIII, da Lei federal nº 8.666/1993.
- 6.10 O DETRAN/RS poderá reter do valor do Documento Fiscal de Cobrança da PROCERGS a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.
- 6.11 O pagamento, relativo ao período compreendido entre o início dos serviços até o final do primeiro mês, será efetuado proporcionalmente ao número de dias, contados da data inicial da prestação dos serviços em relação ao número de dias do mês, considerando-se o mês calendário.

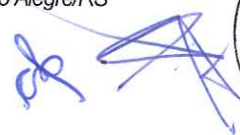
CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

- 7.1 Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, pro rata die, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.
- 7.2 O valor decorrente da atualização monetária, se houver, será cobrado mediante Nota de Débito, com vencimento apurado para 20 (vinte) dias a contar da data de sua emissão.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

- 8.1 O contrato será reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base de reajuste.
- 8.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

DETRAN/RS – Diretoria Administrativa e Financeira
Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Compras
Av. Júlio de Castilhos, nº 505, 15º andar – CEP 90030-131 – Porto Alegre/RS



DRC-176/2017

8.2 O valor do contrato será reajustado, em consequência da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = P_0 \times [(IPCA_n / IPCA_0) - 1]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

P₀ = Preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPCA_n = número do índice IPCA referente ao mês do reajuste;

IPCA₀ = número do índice IPCA referente ao mês da data-base inicial ou último reajuste.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1 As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA PROCERGS

- 10.1 Executar os serviços conforme especificações contidas neste instrumento.
- 10.2 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.
- 10.3 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- 10.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando o contratante autorizado a descontar dos pagamentos devidos ao contratado, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.5 Comunicar ao contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 10.6 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante.
- 10.7 Relatar ao contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 10.8 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.9 Manter sigilo sobre as informações confiadas à PROCERGS pelo DETRAN/RS. A PROCERGS não será responsável por violações dos dados e informações acima referidas resultantes de atos de funcionários prepostos ou pessoas autorizadas pelo DETRAN/RS e nem daquelas resultantes da ação criminosa ou irregular de terceiros (hackers) fora dos limites da previsibilidade técnica do momento em que a mesma vier a ocorrer.
- 10.10 Respeitar a privacidade e a confidencialidade do conteúdo dos documentos do contratante, comprometendo-se a não editá-los, acessá-los nem divulgá-los, exceto em cumprimento de ordem judicial ou por solicitação do contratante, para identificar ou resolver problemas técnicos que possam comprometer o serviço prestado.

DETRAN/RS – Diretoria Administrativa e Financeira

Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Compras

Av. Júlio de Castilhos, nº 505, 15º andar – CEP 90030-131 – Porto Alegre/RS



DRC-176/2017

- 10.11 Indicar pelo menos 1 (um) profissional de seu quadro funcional para fazer ligação com o contratante sobre a execução do objeto deste contrato.
- 10.12 A PROCERGS garante a disponibilidade do serviço durante as 24 (vinte e quatro) horas diárias, nos 7 (sete) dias da semana, ressalvadas as paradas para manutenção ou instalação de equipamentos da PROCERGS, que serão previamente comunicadas.
- 10.12.1 As garantias previstas no item acima, cláusula não abrangem os casos fortuitos ou que não sejam de responsabilidade direta da PROCERGS, tais como acidentes, negligência, imperícia ou mau uso por parte dos técnicos, funcionários ou prepostos do DETRAN/RS, bem como os causados por força da natureza, perda, furto, concessionárias de serviços contratados e atos de terceiros, ressalvados os casos provocados por prepostos da PROCERGS.
- 10.13 Assegurar a manutenção técnica dos equipamentos e *software* de rede da PROCERGS.
- 10.14 Fornecer as mídias para o salvamento periódico dos Bancos de Dados, quando o serviço for contratado.
- 10.15 Informar, ao DETRAN/RS, as ocorrências com seus servidores.
- 10.16 Garantir o nível de segurança definido pelo DETRAN/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO DETRAN/RS

- 11.1 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 11.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 11.3 Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 11.4 Pagar o contratado o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento.
- 11.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços do contratado, nos termos da legislação vigente.
- 11.6 Dar ao contratado, as condições necessárias à exceção regular do contrato.
- 11.7 Providenciar o acesso, via rede de comunicação, desde os dispositivos (Fixos ou Móveis) do DETRAN/RS até a PROCERGS.
- 11.8 Comunicar à PROCERGS, via central de atendimento (*Help Desk*), os incidentes que ocorrerem no uso do GBD.
- 11.9 Indicar pelo menos 1 (um) profissional de seu quadro funcional para fazer ligação com a PROCERGS sobre a execução do objeto deste contrato.
- 11.10 Definir as regras de permissão de acesso (segurança), da sua rede, aos Bancos de Dados instalados na PROCERGS.
- 11.11 Contratar, junto à PROCERGS, a(s) porta(s) de acesso e *backbone(s)* que possibilitarão ao DETRAN/RS ter acesso remoto aos servidores, caso este acesso não seja feito exclusivamente via Internet.
- 11.12 Contratar os canais de comunicação para acesso à PROCERGS, caso o acesso não seja exclusivamente via Internet.
- 11.13 Assegurar que as especificações contidas neste contrato atenderão à sua demanda, uma vez que apenas o DETRAN/RS tem pleno conhecimento da destinação que será dada aos Bancos de Dados e das especificações necessárias para que seja atendido o fim pretendido.



DETRAN/RS – Diretoria Administrativa e Financeira
 Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Compras
 Av. Júlio de Castilhos, nº 505, 15º andar – CEP 90030-131 – Porto Alegre/RS



DRC-176/2017

Qualquer sugestão feita pela PROCERGS deve ser entendida como simples sugestão, sem caráter vinculativo, não isentando o DETRAN/RS da obrigação ora prevista.

- 11.14 Responsabilizar-se pelas despesas e ações civis e/ou criminais que possam vir a decorrer da propagação ou manutenção de conteúdos, através dos dados do Banco de Dados objetos deste contrato, que:
- a) violem a lei, a moral, os bons costumes, a propriedade intelectual, os direitos à honra, à vida privada, à imagem, à intimidade pessoal ou familiar;
 - b) estimulem a prática de condutas ilícitas ou contrárias à moral e aos bons costumes;
 - c) incitem a prática de atos discriminatórios, seja em razão de sexo, raça, religião, crenças, idade ou qualquer outra condição;
 - d) coloquem à disposição ou possibilitem o acesso à mensagens, produtos ou serviços ilícitos, violentos, pornográficos ou degradantes;
 - e) induzam ou possam induzir a um estado inaceitável de ansiedade ou temor;
 - f) induzam ou incitem práticas perigosas, de risco ou nocivas para a saúde e para o equilíbrio psíquico;
 - g) sejam falsos, ambíguos, inexatos, exagerados ou extemporâneos, de forma que possam induzir a erro sobre seu objeto ou sobre as intenções ou propósitos do comunicador;
 - h) violem o sigilo das comunicações;
 - i) constituam publicidade ilícita, enganosa ou desleal, em geral, que configurem concorrência desleal;
 - j) veiculem, incitem ou estimulem a pedofilia;
 - k) incorporem vírus ou outros elementos que possam danificar ou impedir o normal funcionamento da rede, do sistema, dos equipamentos de terceiros ou dos arquivos armazenados nestes equipamentos;
 - l) realizar a atualização dos seus aplicativos para que operem em uma nova versão do Banco de Dados, quando requerido pela PROCERGS, visando manter a compatibilidade com o ambiente contratado;
 - m) exclusivamente para o Ambiente de Banco de Dados Compartilhado:
 - m1) manter as transações do sistema dentro do limite definidos pela PROCERGS (descritos no Anexo II).
 - n) exclusivamente para o Ambiente de Banco de Dados Exclusivo:
 - n1) definir os recursos de CPU, memória e área de disco desejado, tanto para a configuração inicial como para os upgrades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

- 12.1 Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o contratante poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva ao contratado, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.
- 12.2 Se a PROCERGS descumprir as obrigações contratuais ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 12.2.1 multa:
- 12.2.1.1 compensatória de até 10% sobre o valor total atualizado do contrato nos casos de inexecução, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução do objeto contratado, e nos casos de descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;
 - 12.2.1.2 moratória de até 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 30 dias.
- 12.3 As multas compensatória e moratória poderão ser aplicadas cumulativamente.



DETRAN/RS – Diretoria Administrativa e Financeira
 Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Compras
 Av. Júlio de Castilhos, nº 505, 15º andar – CEP 90030-131 – Porto Alegre/RS





DRC-176/2017

- 12.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei federal nº 8.666/1993.
- 12.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.6 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à PROCERGS.
- 12.6.1 Se o valor a ser pago à PROCERGS não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, se houver. além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventuais devidos pelo contratante.
- 12.6.2 Se os valores das faturas e da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
- 12.6.3 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo contratado ao contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 12.6.4 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias, contado da solicitação do contratante.
- 12.7 A aplicação de sanções não exime o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.
- 12.8 O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII da Lei federal nº 8.666/1993.
- 12.9 As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei federal nº 12.846/2013, conforme o disposto no seu art. 30.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

- 13.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei federal nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.
- 13.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao contratado o direito à prévia e ampla defesa.
- 13.3 O contratado reconhece os direitos do contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei federal nº 8.666/1993.
- 13.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:
- 13.4.1 levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.4.2 relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.4.3 indenizações e Multas.
- 13.5 O presente contrato, após devidamente assinado pelas partes contratantes, substitui integralmente o contrato **DRC-486/2012**, o qual restará resiliado de pleno direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

- 14.1 É vedado ao contratado:



DETRAN/RS – Diretoria Administrativa e Financeira
 Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Compras
 Av. Júlio de Castilhos, nº 505, 15º andar – CEP 90030-131 – Porto Alegre/RS



DRC-176/2017

- 14.1.1 caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
- 14.1.2 interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do contratante, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

- 15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei federal nº 8.666/1993.
- 15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

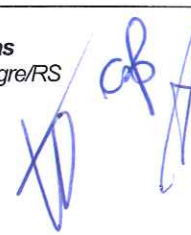
- 16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 8.666/1993 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

- 17.1 Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.
- 17.2 No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre os empregados do contratado ou de seus subcontratados, cabe a ele resolver imediatamente a pendência.
- 17.3 As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo contratante.
- 17.4 Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto nº 36.888/1996.
- 17.5 O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula.
- 17.6 A PROCERGS ficará exonerada das obrigações deste contrato sempre que seja impedida de atendê-las pela ocorrência de fatos caracterizados como caso fortuito ou força maior.
- 17.7 Qualquer omissão ou tolerância das partes em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste instrumento, ou em exercer prerrogativas, dele decorrentes, não constituirá novação ou renúncia e não afetará o direito da parte de exercê-los a qualquer tempo.
- 17.8 Todas as comunicações relativas ao presente contrato deverão ser formuladas por escrito, exceto os chamados para a Central de Atendimento (*help desk*), que poderão ser feitos por telefone.
- 17.9 O DETRAN/RS assume total responsabilidade, eximindo a PROCERGS, pelos atos, danos e prejuízos ocasionados por suas ações como usuária dos serviços que são objeto deste contrato.
- 17.10 Em relação aos servidores virtuais, as quantidades e configurações especificadas inicialmente poderão sofrer acréscimos ou decréscimos, conforme a demanda do DETRAN/RS. Mensalmente, a PROCERGS fornecerá ao DETRAN/RS relatório com as quantidades e configurações reais dos serviços contratados.
- 17.11 A PROCERGS não controla os conteúdos transmitidos, difundidos ou colocados à disposição de terceiros pelo DETRAN/RS no uso dos serviços que são objeto deste contrato, no entanto, ao tomar conhecimento de qualquer conduta ou método do DETRAN/RS que

DETRAN/RS – Diretoria Administrativa e Financeira
 Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Compras
 Av. Júlio de Castilhos, nº 505, 15º andar – CEP 90030-131 – Porto Alegre/RS






DRC-176/2017

contrarie o disposto neste contrato, a PROCERGS poderá notificar o DETRAN/RS para que sane, corrija ou regularize a situação. Caso não haja saneamento, correção ou regularização no prazo de 2 (dois) dias, a PROCERGS poderá suspender os serviços temporariamente ou mesmo rescindir o contrato.

- 17.12 Fica assegurado à PROCERGS o direito de denunciar a qualquer tempo o presente contrato, independentemente do pagamento de qualquer multa e/ou indenização caso constate que a opção de plano e/ou definição de equipamento formulada pelo DETRAN/RS se mostre subdimensionada para a utilização dada ao servidor impedindo que a PROCERGS possa assegurar o padrão de serviços por ela pretendido.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1 Fica eleito o Foro de Porto Alegre, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

- 18.2 E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este contrato, em 02 (duas) vias de iguais teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, 02 de outubro de 2017.

Representante DETRAN/RS

Antonio Ramos Gomes
Diretor-Presidente

Representante da PROCERGS

Mário Szinvelski
Diretor-Geral
DETRAN/RS

Deborah Pilla Villela
Vice-Presidente

Representante da PROCERGS

TESTEMUNHAS:

Nome: Ricardo Anselmo
CPF: 341 280 472 04

Nome: Cristiani Battisti
CPF: 341 280 472 04

Cristiani Battisti

A.T. - Administração

DETRAN/RS - ID: 3208346

DETRAN/RS - Diretoria Administrativa e Financeira

Divisão de Gestão de Contratos - Coordenadoria de Compras

Av. Júlio de Castilhos, nº 505, 15º andar - CEP 90030-131 - Porto Alegre/RS



DRC-176/2017

ANEXO I

TABELA DE PREÇOS

GBD - GESTÃO DE BANCO DE DADOS

01 GBD ORACLE COMPARTILHADO	R\$
GBD.01.101300 - GBD ORACLE COMPARTILHADO- Uso do Ambiente	1.216,29
GBD.01.101310 - GBD ORACLE COMPARTILHADO-Armazenamento- por GB	22,39
GBD.01.101320 - GBD ORACLE COMPARTILHADO-Salvamento- por 10 GB	4,09
02 GBD ORACLE EXCLUSIVO	R\$
GBD.02.102110 - GBD ORACLE EXCLUSIVO- 01 VCPU	1.683,02
GBD.02.102120 - GBD ORACLE EXCLUSIVO- 02 VCPU	3.344,83
GBD.02.102130 - GBD ORACLE EXCLUSIVO- 04 VCPU	6.649,61
GBD.02.102140 - GBD ORACLE EXCLUSIVO- Memoria 0512MB	5,90
GBD.02.102150 - GBD ORACLE EXCLUSIVO- Memoria 1024MB	10,60
GBD.02.102160 - GBD ORACLE EXCLUSIVO- Memoria 2048MB	21,21
GBD.02.102170 - GBD ORACLE EXCLUSIVO- Memoria 4096MB	38,89
GBD.02.102180 - GBD ORACLE EXCLUSIVO- Memoria 8192MB	70,71
GBD.02.102190 - GBD ORACLE EXCLUSIVO-Armazenamento- por GB	22,39
GBD.02.102900 - GBD ORACLE EXCLUSIVO-Salvamento- por 10 GB	4,09
03 GBD SQL COMPARTILHADO	R\$
GBD.03.101500 - GBD SQL COMPARTILHADO- Uso do Ambiente	862,72
GBD.03.101510 - GBD SQL COMPARTILHADO-Armazenamento- por GB	22,39
GBD.03.101520 - GBD SQL COMPARTILHADO-Salvamento- por 10 GB	4,09
04 GBD SQL EXCLUSIVO	R\$
GBD.04.110110 - GBD SQL EXCLUSIVO- 01 VCPU	1.152,66
GBD.04.110121 - GBD SQL EXCLUSIVO- 02 VCPU	2.284,10
GBD.04.110130 - GBD SQL EXCLUSIVO- 04 VCPU	4.528,15
GBD.04.110140 - GBD SQL EXCLUSIVO- Memoria 0512MB	5,90
GBD.04.110150 - GBD SQL EXCLUSIVO- Memoria 1024MB	10,60
GBD.04.110160 - GBD SQL EXCLUSIVO- Memoria 2048MB	21,21
GBD.04.110170 - GBD SQL EXCLUSIVO- Memoria 4096MB	38,89
GBD.04.110180 - GBD SQL EXCLUSIVO- Memoria 8192MB	70,71
GBD.04.110190 - GBD SQL EXCLUSIVO-Armazenamento- por GB	22,39
GBD.04.110200 - GBD SQL EXCLUSIVO-Salvamento- por 10 GB	4,09
05 GBD POSTGRES/MYSQL COMPARTILHADO	R\$
GBD.05.105300 - GBD POSTGRES/MYSQL COMPARTILHADO- Uso do Ambiente	501,17
GBD.05.105310 - GBD POSTGRES/MYSQL COMPARTILHADO-Armazenamento- por GB	22,39
GBD.05.105320 - GBD POSTGRES/MYSQL COMPARTILHADO - Salvamento - por 10 GB	4,09
06 GBD POSTGRES/MYSQL EXCLUSIVO	R\$
GBD.06.106300 - GBD POSTGRES/MYSQL EXCLUSIVO- 01 VCPU	794,17
GBD.06.106310 - GBD POSTGRES/MYSQL EXCLUSIVO- 02 VCPU	1.567,41
GBD.06.106320 - GBD POSTGRES/MYSQL EXCLUSIVO- 04 VCPU	3.094,07
GBD.06.106330 - GBD POSTGRES/MYSQL EXCLUSIVO- Memoria 0512 MB	5,90
GBD.06.106340 - GBD POSTGRES/MYSQL EXCLUSIVO- Memoria 1024 MB	10,60
GBD.06.106350 - GBD POSTGRES/MYSQL EXCLUSIVO- Memoria 2048 MB	21,21
GBD.06.106360 - GBD POSTGRES/MYSQL EXCLUSIVO- Memoria 4096 MB	38,89
GBD.06.106370 - GBD POSTGRES/MYSQL EXCLUSIVO- Memoria 8192 MB	70,71
GBD.06.106380 - GBD POSTGRES/MYSQL EXCLUSIVO - Armazenamento por GB	22,39
GBD.06.106390 - GBD POSTGRES/MYSQL EXCLUSIVO - Salvamento por 10 GB	4,09
VIGENCIA: Abr/2017-Mar/2018	



DETRAN/RS – Diretoria Administrativa e Financeira
 Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Compras
 Av. Júlio de Castilhos, nº 505, 15º andar – CEP 90030-131 – Porto Alegre/RS



DRC-176/2017

GESTÃO DE BANCO DE DADOS – MODALIDADES DE USO
ANEXO II

São 2 (duas) as modalidades de uso do serviço GBD: Compartilhado ou Exclusivo.

Ambiente de Banco de Dados Compartilhado

O cliente hospeda seu banco de dados em uma instalação (*VM - Virtual Machine*) compartilhada com outros clientes, com acesso exclusivo e seguro aos seus dados.

Este ambiente caracteriza-se por ter sempre a última versão do Banco de Dados homologada pela **PROCERGS** e pela existência de restrições de uso por parte de cada aplicação. As restrições são as seguintes:

1. Limite de 500 sessões simultâneas;
2. Limite de 30 segundos de consumo de *CPU* por comando *SQL*;
3. Limite de 3 GB de IO por comando *SQL*;
4. Limite de 20 GB de tamanho de banco de dados;
5. Limite de 1500 IOs por segundo;
6. Permissão de acesso apenas ao banco de dados hospedado, não sendo permitido o acesso servidor ou ao sistema operacional;
7. Acesso ao banco de dados somente pela Rede Corporativa da **PROCERGS** (**REDERS**);
8. Atualização obrigatória de versão do banco de dados, quando for realizada mudança pela **PROCERGS**, conforme cronograma divulgado com antecedência de 180 (cento e oitenta) dias.

O atingimento dos limites acima descritos trará as seguintes consequências:

- Item 1 – a próxima sessão não será ativada;
- Item 2 – o comando será cancelado;
- Item 3 – o comando será cancelado;
- Item 4 – o comando será cancelado;
- Item 5 – a **PROCERGS** comunicará ao cliente para que tome providências no sentido de sanar esta inadequação. Caso o problema persista o serviço poderá ser suspenso temporariamente.

Ambiente de Banco de Dados Exclusivo

O cliente hospeda seu banco de dados em uma instalação (*VM - Virtual Machine*) criada em uma área exclusiva de uso privativo deste cliente. As características desta área (*CPU*, memória e área em disco) são definidas pelo cliente.

Este ambiente caracteriza-se por ter sempre disponibilizadas as versões do Banco de Dados homologadas pela **PROCERGS** e pela existência de restrições de uso por parte de cada aplicação. As restrições são as seguintes:

1. Permissão de acesso apenas ao banco de dados hospedado, não sendo permitido o acesso servidor ou ao sistema operacional;
2. Acesso ao banco de dados somente pela RedeRS;
3. Atualização obrigatória de versão do banco de dados, quando a que estiver em uso deixar de ser homologada pela **PROCERGS**, conforme cronograma divulgado com antecedência de 180 (cento e oitenta) dias;
4. Limite de 1500 IOs por segundo.

No atingimento do limite descritos no Item 4 a **PROCERGS** comunicará ao cliente para que tome providências no sentido de sanar esta inadequação. Caso o problema persista o serviço poderá ser suspenso temporariamente.



DETRAN/RS – Diretoria Administrativa e Financeira
 Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Compras
 Av. Júlio de Castilhos, nº 505, 15º andar – CEP 90030-131 – Porto Alegre/RS



DRC-176/2017

ANEXO III

POLÍTICA DE SALVAMENTO DE BANCO DE DADOS DA PROCERGS

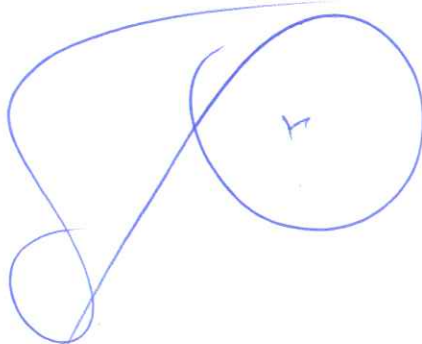
O salvamento dos Bancos de Dados mantidos na **PROCERGS** tem como objetivo guardar uma imagem em vários períodos no tempo, a fim de servirem, para os clientes, de consulta histórica para fins legais, de auditoria, pesquisa de problemas, etc.. Compreendem extrações que são feitas a partir dos bancos de dados de modo a gerar uma imagem de acordo com a periodicidade escolhida. Existem 4 (quatro) tipos de salvamentos disponíveis:

- Diários – realizados diariamente à noite;
- Semanais – realizados no fim de semana;
- Mensais – realizados no primeiro fim de semana de cada mês;
- Anuais – realizados no primeiro fim de semana de dezembro.

O tempo de retenção, para cada tipo de salvamento, é o seguinte:

- Diários – são retidos por 15 (quinze) dias;
- Semanais – são retidos por 4 (quatro) semanas;
- Mensais – são retidos por 12 (doze) meses;
- Anuais – são retidos por 5 (cinco) anos.

* * * * *



DETRAN/RS – Diretoria Administrativa e Financeira
Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Compras
Av. Júlio de Castilhos, nº 505, 15º andar – CEP 90030-131 – Porto Alegre/RS

